

SOCIEDADE DOS VIVOS X CIDADES DOS MORTOS: A VISÃO DA MORTE NA SOCIEDADE ERECHINENSE

The living society x the death society:
The view of death in *erechinense* society

BARBOZA, V. M.

Recebimento: 05/11/2013 - Aceite: 06/12/2013

RESUMO: O objetivo deste estudo foi analisar o significado dos cemitérios para se entender a presença da cultura da morte na sociedade erechinense, uma vez que, através do estudo do Cemitério Pio XII, Cemitério São Luís e Ossuário da Catedral São José, pôde-se verificar a rede de relações sociais dos grupos sociais que os compõem. Por meio deste trabalho, foi possível perceber os comportamentos, valores, costumes que regem a vida social, os quais são agregados à conduta dos homens diante da morte, bem como o medo e o fascínio que ela exerce, levando-os à criação dos mitos e à ritualização da morte e à representação nos cemitérios. Para tanto, foram abordados alguns tópicos e fundamentos sobre a arqueologia da morte e sobre os cemitérios no Brasil e Rio Grande do Sul para, a partir desses, estudar a visão da morte na sociedade erechinense. Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida a partir da observação dos Cemitérios Pio XII, São Luís e Ossuário da Catedral São José de Erechim e do referencial teórico sobre o tema.

Palavras-chave: Arqueologia da Morte. Cemitério. Ritos. Morte. Sociedade.

ABSTRACT: The aim of this study was to analyze the meanings and the importance of cemeteries to approach about the culture of death in *erechinense* society, since through the study of Pio XII St. Louis Cemeteries and St. Joseph Cathedral Ossuary it can be verified the network of social relations of social groups. Through this work it was possible to perceive the behaviors, values, customs that govern social life and the attitudes of the society towards death over the centuries, as well as fear and fascination it exerts leading them to create myths and through the myths to ritualize death and represent it in the cemetery.

Keywords: Archaeology of Death. Cemetery. Rites. Death. Society.

Introdução

Este estudo faz uma abordagem geral sobre a história da morte e dos cemitérios na história ocidental com o objetivo de demonstrar a importância da Arqueologia da morte para o estudo dos povos, das sociedades, bem como da cultura material deixada. Para atingir este objetivo, foram estudadas as formas de sepultamento nos Cemitérios Pio XII, Cemitério São Luís e no Ossuário da Catedral São José de Erechim/RS, verificando, assim, o modo como a sociedade erechinense trata a questão da morte.

Ao longo do tempo, cada civilização apresentou sua resposta para o problema da morte. Sepulturas, túmulo, pirâmides, catacumbas, cremação, ritos funerários, foram usados pelas sociedades como formas de destinar os restos mortais dos seus membros (CHIAVENATO, 1998).

Os cemitérios são espaços que “falam”, que contam histórias que oportunizam aos povos representar suas esperanças, medos e angústias, amores e dores. São espaços dos sentimentos materializados através de flores, mensagens, placas, lápides, figuras; são um lugar de memória, uma forma de evocar o passado, perpetuar a recordação e a incluir na própria escrita.

Os cemitérios são lugares de memória para um grupo social específico, uma vez que têm, um simbolismo atribuído ao conjunto de lápides e túmulos inseridos em um espaço que guarda a memória (coletiva) que necessita de suporte exterior para sua preservação (NOGUEIRA, 2012).

Além de ser um local de memória vivida, também são um lugar de memória construída, uma forma de imortalizar o morto. Portanto, o que nos interessa é estudar como aparecem os sentimentos e comportamentos humanos diante da morte e quais as manifestações e

representações da relação sociedade-homem-morte encontram-se presentes nestes locais.

O objetivo deste estudo foi analisar o significado dos cemitérios para se entender a presença da cultura da morte na sociedade erechinense. Este tema foi escolhido devido à importância que o estudo da morte suscita, uma vez que o cemitério reflete os valores sociais, econômicos, políticos, religiosos, artísticos e ideológicos da sociedade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida a partir da observação dos Cemitérios Pio XII, São Luís e Ossuário da Catedral São José de Erechim/RS e do referencial teórico sobre o tema.

Tópicos gerais sobre a morte

A morte é, sem dúvida, um dos grandes mistérios que a humanidade ainda não conseguiu desvendar. A consciência da morte é a característica mais humana e cultural de nossa espécie e sobre ela repousam nossas angústias, desejos e, principalmente, os esforços para retirar o seu aspecto de ruptura e de separação, acarretados pela morte.

O homem é o único ser que reconhece suas próprias condições de vida e adquire a consciência da morte. Ao reconhecer a morte do próximo, tem a consciência do seu próprio destino. Embora não possa experimentar a morte do outro, o homem chega ao estado de angústia e de apreensão, pois essa morte o ajuda a penetrar na dimensão do fenômeno. Na definição clássica, a morte é tratada como um fato natural, assim como o nascimento, a sexualidade, o risco, a fome, a sede e, como tal é transclassista (MARANHÃO, 1998).

As visões sobre a vida e a morte são moldadas pela cultura. Por sua vez, as crenças religiosas influenciam as ideias sobre a morte e o morrer, com frequência oferecendo um senso de finalidade ou uma razão para existir e um marco segundo o qual seria possível

interpretar a vida e a morte. As pessoas religiosas veem a morte como uma transição, ao invés de uma interrupção. Assim, é através do mito, do rito e da religiosidade que o homem tenta explicar a natureza da morte.

A crença em uma vida após a morte encontra-se registrada na história dos povos desde muitos séculos antes de Cristo. Pesquisas antropológicas evidenciaram os cuidados que o homem Neanderthal dispensava a seus mortos há cem mil anos, sepultando-os com provisões de alimentos, o que bem demonstra o conceito inato da humanidade, a crença em uma vida no além (CHIAVENATO, 1998). O homem primitivo não percebia a morte como algo natural, uma vez que natural era a vida. A morte sempre era provocada por alguém ou alguma coisa.

Durkheim (1994) refere-se ao ritual como sendo um fenômeno presente indistintamente em diversas religiões. Sua distinção de outras condutas humanas, notadamente as ações morais, define-se pela natureza específica de seus elementos constituintes.

As práticas funerárias realizadas pelos indivíduos de uma sociedade, frente à morte de um de seus membros, são expressas por meio de regras e costumes preexistentes; desta forma, “os rituais se inserem na chamada *Ideologia da Morte*, uma linguagem simbólica elaborada como resposta coletiva à ameaça da perda da coesão do grupo diante da ausência do indivíduo morto” (ALDROVANDI, 2006, p.50). Além disso, o fortalecimento dos laços sociais também poderia estar a cargo dos ritos e mitos, uma vez que agiriam revestindo a tradição coletiva de um valor elevado e sobrenatural (MALINOWSKY, 1977).

A justificativa de existência de uma coletividade é explicada a partir das versões sobre as origens de uma comunidade. Os mitos exaltam os acontecimentos que registram a instituição da ordem social. Por outro lado, os ritos demonstram o aparato religioso e o

componente mágico existente no cerimonial, o qual é realizado de modo formal, segundo os padrões estabelecidos pela tradição.

Os rituais funerários estão relacionados com o sepultamento humano e são formas particulares de ritos de passagem. O ritual é forma de linguagem utilizada para transmitir saberes, uma vez que não só incorpora, mas também expressa valores sociais, religiosos, políticos, econômicos importantes para a sociedade que o pratica. Assim, a função do ritual seria delimitar fronteiras entre o divino e o profano, pois apresentariam as normas de como o indivíduo deve se comportar frente ao sagrado. Certas etapas do ciclo de vida do ser humano, como nascimento, casamento e morte são solenizadas em todas as sociedades por meio de rituais. Chamam-se ritos de passagem as cerimônias que assinalam a passagem de um indivíduo ou grupo de uma fase do ciclo da vida para outra.

A vida se perpetua de geração em geração e, em muitas sociedades, é essa continuidade que é lembrada nos rituais funerários. A continuidade da vida é uma realidade mais palpável do que a realidade da morte. Consequentemente, valores da vida, da sexualidade e fertilidade podem dominar o simbolismo dos funerais. As conformações universais da cultura indicam a presença de reações emocionais e associações simbólicas vinculadas à morte. Nesse aspecto, o estudo da morte oferece a possibilidade de reconstrução de traços caracterizadores da cultura (SILVA, 2005).

Varia a importância dada pelas diversas sociedades a cada um dos momentos de transição. Em algumas religiões, a entrada de um recém-nascido na sociedade é marcada pelo rito do batismo ou apresentação à congregação e pelas festas de aniversário subsequentes. A passagem do *status* de solteiro para o de casado é marcada pelo rito matrimonial. A passagem do mundo dos vivos para o dos

mortos, é assinalada pelos ritos fúnebres. Os rituais funerários são indispensáveis para a compreensão de “[...] nosso próprio destino final, [...] de forma que a morte revela o significado da vida, enquanto a religião dá significado à morte” (ALDROVANDI, 2006, p.56). O rito de morte atua como um reorganizador da sociedade que se estrutura após o momento de crise, de caos, de desordem ocasionada pela morte.

A primeira grande revolução intelectual da humanidade foi a passagem da mentalidade mítica dos homens primitivos para uma visão mais racionalizada sobre os fenômenos, mesmo que explicados pela religiosidade (CHIAVENATO, 1998).

Durante a baixa Idade Média, havia duas formas de se ver a morte, quanto a sua natureza: “teológica” – de Deus - e “eclesiástica” – da Igreja, formas mais ou menos elitistas. Nesse período, a morte não faz mais ou menos medo que antes, mas o tema ainda provocava controvérsia. Assim, monges, espiritualistas e moralistas aproveitaram essa brecha e passaram a explorar essa nova preocupação para fins de conversão (ARIÈS, 1990). Nesse período, a família, os serviçais e os vassallos, se reuniam em torno daquele que iria morrer. O moribundo deveria fazer muitos gestos, despojar-se, distribuir entre os que amava todos os objetos que lhe pertenciam. Deveria, também, declarar seus últimos desejos: “exortar os que lhe sobrevivem a portar-se de forma melhor, e, evidentemente, submeter-se a todos os ritos que o ajudarão a ocupar, no além, uma posição que não lhe seja muito desagradável” (DUBY, 1992, p.124).

A perda contemporânea do sentimento religioso fez com que a visão da morte se tornasse aterrorizante. A solidariedade em torno da passagem da vida para a morte desapareceu e, cada vez menos tempo dura o cerimonial de velório e sepultamento. Quando o homem desenvolveu consciência da morte, este fato representou uma importante

conquista. O homem passou a questionar a existência para além da própria vida e averiguar possibilidades de sobrevivência em outro plano. Os ritos da morte daí surgidos indicam a crise e a superação da crise pelo homem perante os problemas criados pela morte. O homem passou a compreender-se dentro de uma jornada que vai além do visível, do material ou do aparentemente natural. Neste contexto surgem os mitos, a magia, as religiões para resolver a crise criada pela morte e para sanar o medo de sua inexorável e incompreensível força.

O culto aos mortos, em todas as religiões antigas, foi um componente importante na estrutura social através de uma ordem política baseada no cerimonial-ritual de morte e religião, que colocou, em âmbito humano, elementos desconhecidos como a morte e o sagrado. De certa forma, esses traços essenciais e comuns permanecem em todas as religiões modernas; sua base é o medo e a incompreensão da morte.

Para Durkheim (1994), o sentimento do sagrado teria origem na própria vida social. O homem religioso adoraria, através da religião, a própria sociedade, seus valores, a sua visão de mundo. Assim, o homem teria a tendência a remeter para o campo sagrado tudo o que consideraria importante para a reprodução social. Essa relação do homem com o sagrado não se aplicaria apenas aos objetos religiosos, mas também a qualquer outra esfera da vida social, podendo ser da esfera civil, familiar, amorosa ou política.

Não importa o contexto histórico em que esteja inserido o homem religioso, este sempre irá acreditar que existe uma realidade absoluta que é o sagrado, o que ainda que tenha o atributo de poder transcender este mundo, se manifesta nele e por isso o santifica e o torna real. O inexplicável, o mistério, é parte inerente das religiões, foi o sentimento que levou ao desenvolvimento de sofisticados

rituais para serem agregados ao morto. A principal função desses rituais (funerários), era manter os mortos separados dos vivos.

A consciência da morte do outro reflete no homem o sentido de finitude representada através da angústia, da apreensão, do medo e, ao mesmo tempo, da excitação que o termo nos provoca. A morte, apesar de ser uma experiência pessoal, apresenta, no âmbito social, especificidades no seu entendimento, de acordo com a vivência do indivíduo em determinados segmentos sociais, culturas e religiões.

No âmbito de muitas religiões prega-se a igualdade de todos os homens perante a morte; contudo, nas representações ou ritos de morte a igualdade não existe.

Admite-se, num primeiro instante, a igualdade pré-social do homem diante da morte; todavia, existe a desigualdade que se assenta na organização da sociedade de classe a que pertence o morto. Os sobreviventes buscam uma “morte cultural” para seus entes queridos, expressa por meio do ritual fúnebre, do sepultamento e do luto. Apenas a dimensão biológica da morte remete à absoluta igualdade entre os homens, nivelando-os ao mesmo destino. Desse modo, a arte funerária, embora seja considerada por muitos como documento “indireto” possui, sem dúvida, um discurso simbólico, metafórico de grande valia para a compreensão da morte (VOVELLE, 1987, p.130).

Alguns segmentos sociais impõem sua imagem de morte criando uma pompa fúnebre em que são destacados seus valores, não permitindo que a morte seja igualitária. Para se entender a contradição existente no discurso do que é sagrado e a realidade das atitudes sociais, deve-se ter em conta que o mundo católico, ideologia dominante na sociedade, oscila entre duas áreas: entre o sagrado e o mundo profano.

O mundo sagrado é cheio de religiosidade, enquanto que no mundo profano as ideias religiosas não são tão importantes para uma postura de vida (BELLOMO, 2000). Isto leva a sociedade a ter duas éticas, a religiosa e a social.

No âmago da sociedade “O temor ao esquecimento gera a obsessão pelo registro, pelos traços, arquivos, museus, cemitérios, coleções, festas, comemorações, aniversários, tratos processos verbais, monumentos, santuários, associações; processos que dão ilusões de eternidade” (FÉLIX, 2002, p.53). Surge daí a necessidade de conservar a memória do morto.

“A memória cria um imaginário individual e social, que é compartilhado; a evocação/ato de lembrar, garante a sobrevivência do grupo e dos homens em sociedade” (FÉLIX, 2002, p.53). A razão fundamental do lugar de memória é eternizar o tempo, fazer com que não haja esquecimento. É proporcionar ao homem que seja mantido o elo entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, bem como promover o seu reconhecimento. É como se, ao lembrar, se conseguisse marcar o passado, conferir-lhe sentido, garantir existência, ou mesmo uma forma de se vencer a morte.

Tendo como base a visão que o homem tem da morte, os valores que regem o homem religioso, bem como o sentimento que a morte desperta no homem, a Arqueologia da Morte, pode ser utilizada para fornecer elementos para discussão e interpretação dessas representações.

Fundamentos da arqueologia da morte

Desde seu surgimento, a Arqueologia esteve envolvida com o estudo dos sepultamentos e, conseqüentemente, com as práticas funerárias e o mundo dos mortos. O ramo da Arqueologia que aborda a temática ligada às

práticas, rituais e símbolos associados aos vestígios funerários é chamado, na atualidade, de Arqueologia da Morte.

O termo Arqueologia da Morte foi cunhado na Inglaterra e nos EUA durante os anos 70 e, a partir dessa época, passou a designar os aspectos investigativos da Arqueologia que tratam da cultura material proveniente ou associada aos sepultamentos (ALDROVANDI, 2006).

Desde que o homem começou a se ocupar do cadáver, estão registrados basicamente quatro processos funerários: Pedra tumular (era jogada uma pedra grande o suficiente para esmagar o defunto contra o solo); Enterro (o morto era colocado dentro de uma cova e coberto com terra ou com pedras); Dessecamento (o morto era deixado sobre uma palafita, exposto ao ar, que secava o cadáver, e aos abutres que comiam sua carne); Cremação (o corpo era transformado em cinzas) (CHIAVENATO, 1998).

Esses rituais, muitas vezes, foram acompanhados de um aparato simbólico que permaneceu visível ao registro arqueológico e, portanto, passível de evidenciar aspectos da vida das sociedades antigas e possibilitar a análise e compreensão da estrutura social dos diferentes grupos humanos. Os vestígios funerários são elementos significativos e determinantes que não devem ser estudados isoladamente, mas dentro do contexto de atividades de uma sociedade (ALDROVANDI, 2006).

A atenção que os cadáveres recebiam revela as ideias e os valores de uma época. Mostra o medo, os cuidados sanitários e, às vezes, o assombro por não se saber lidar com algo estranho ao pensamento humano: o homem morto. O medo é parte inerente das religiões, foi o sentimento que levou ao desenvolvimento de rituais sofisticados para serem agregados ao morto. A principal função dos ritos funerários era manter os

mortos separados dos vivos e impedir que eles voltassem.

A partir de certo momento, o que se faz com o cadáver pouco tem a ver com o morto e sim com as crenças que historicamente foram se formando sobre a morte. As transformações da representação social da morte passam despercebidas por serem muito lentas e seguidas por longos períodos de estabilidade. Para traçar essas mudanças desde a Idade Média, Ariès (1998) se baseou em textos literários, inscrições em túmulos, obras de arte e até diários pessoais.

O período de aproximadamente mil anos, do século VI ao XVI, marca uma etapa importante no sepultamento dos mortos. Nesse tempo, os mortos eram enterrados dentro ou nas imediações das igrejas. Apenas os nobres poderiam ser enterrados nos templos. Acreditava-se que, ficando perto dos santos, seria mais fácil chegar ao céu (CHIAVENATO, 1998). Esse costume foi introduzido por São Paulino, que enterrou seu filho junto aos mártires, em um cemitério da Espanha, pois assim ele seria “associado aos mártires pela aliança do túmulo a fim de que, na vizinhança do sangue dos santos, aproveite desta virtude que purifica nossas almas com o fogo” (ARIÈS, 2003, p.38).

Assim que o espaço das igrejas se preencheu, começaram a ocupar suas paredes externas. As paredes se tornavam repletas de cadáveres e, quando abertas para novos depósitos, exalavam odor extremo, contaminando o ar e o ambiente. Foi quando foram criados cemitérios dentro dos limites urbanos das cidades, geralmente ao lado da igreja. Contudo, em razão do crescimento das cidades e do aumento do número de sepulturas, acabou lotando esses cemitérios provocando problemas sanitários.

“Diante do aumento demográfico, as paróquias passaram a ter dois cemitérios: um próximo da igreja, destinado aos ricos que

transitavam pela igreja e ali celebravam os serviços de corpo presente; outro, afastado, para os pobres” (ARIÈS, 1998, p.350). Fica assim anunciada a segregação no período contemporâneo: ricos e pobres apresentam *status* diferenciados mesmo após sua morte.

No início da Idade Média havia familiaridade com a morte, que era um acontecimento público. Ao pressenti-la, o moribundo se recolhia ao seu quarto, acompanhado por parentes, amigos e vizinhos. O doente cumpria um ritual: pedia perdão por suas culpas, legava seus bens e esperava a morte chegar. Não havia um caráter dramático ou gestos de emoção excessivos. O corpo era enterrado nos pátios das igrejas, que também eram palcos de festas populares e feiras. Mortos e vivos coexistiam no mesmo espaço (ARIÈS, 1998).

Esse costume atingiu tal proporção que, em 1231, o Concílio de Roven ameaçou de excomunhão quem dançasse nos cemitérios. Foram também proibidos os jogos e feiras nos cemitérios: começava a soar incômoda a proximidade entre mortos e vivos. Mas o hábito estava tão presente nas culturas europeias que em 1405 foi necessária nova ameaça papal aos que insistiam nas festas e danças profanas (CHIAVENATO, 1998).

Os cemitérios nem sempre foram lugares sagrados ou “campos santos”. Durante muito tempo foram locais de encontros comunitários, onde, além de se enterrar os mortos, realizavam-se feiras e atividades sociais. O enterro e a “visita” aos mortos serviam de pretexto para a realização de negócios, convívio social, contratos de casamento e festividades profanas (CHIAVENATO, 1998).

Com a individualização da morte, a partir do século XV, percebe-se cada vez mais que os usos e costumes com relação à morte expressam a vida social. A individualização da morte, acabou a precária igualdade: “ricos e pobres terão, cada vez mais, morte não só diferentes como antagonicas. Faraós e escri-

vos, heróis e indigentes [...] das pirâmides às covas na areia, dos túmulos-monumentos à vala comum, a função política mantém-se” (CHIAVENATO, 1998, p.41).

À medida que a morte foi se individualizando, os cemitérios mudaram, sacralizando-se pouco a pouco a partir do século XVI. As sepulturas anônimas, a partir do século XVII, passaram a ser identificadas por inscrições, efigies e retratos. Era importante preservar a identidade mesmo após a morte. No século XVIII, começaram a ganhar o aspecto dos “campos santos atuais” (ARIÈS, 1998).

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e “definem as classes locais [...] as sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias” (BELLOMO, 2000, p.15). Sendo assim, o estudo desses espaços oportuniza conhecer os diferentes aspectos da sociedade, constituindo-se em ricas fontes que possibilitam conhecer a ação dos agentes históricos, ao longo das gerações e, principalmente, o processo histórico do lugar, ampliando os horizontes sobre sua história e proporcionando novas leituras da sociedade multifacetada, sem perder de vista o espaço por ela ocupado, o tempo e a memória.

Os Cemitérios no Brasil

No Brasil colonial, era tradição o sepultamento nas igrejas, mas de forma modesta. Nesse tempo, a morte possuía uma perspectiva de humildade, de simplicidade, de despojamento. Era a grande niveladora dos seres humanos diante da qual todos os orgulhos e vaidades desapareciam. Nessa perspectiva, os túmulos encontrados nas igrejas coloniais brasileiras eram muito semelhantes: uma inscrição, uma lápide, às vezes um brasão para destacar a origem nobre da família do morto, eram suficientes (BELLOMO, 2000).

Os cemitérios brasileiros, de modo geral começaram a registrar os sepultamentos após

1840 e são poucos os muito antigos ainda existentes nas grandes cidades (MARTINI, 2007).

Com a chegada da família real, no início século XIX, surgem os primeiros túmulos significativos. No Rio de Janeiro, a Rainha Dona Maria I, o Infante Dom Carlos e mais tarde, 1826, a imperatriz Dona Leopoldina, foram enterrados nos conventos de Santo Antônio e da Audi em túmulos monumentalizados pelos padres da época. Contudo são considerados modestos se comparados com os dos atuais (BELLOMO, 2000).

Mesmo após a construção dos cemitérios, havia discriminação com o sepultamento de quem não era católico. Após a Abertura dos Portos, em 1808, não havia lugares “decentes” para o sepultamento de estrangeiros, sendo que somente em 1811 foram determinados os locais que iriam servir de cemitérios aos estrangeiros no Rio de Janeiro e na Bahia (MARTINI, 2007).

Nos demais estados, ao longo do século XIX, foram instalados cemitérios públicos de forma mais ordenada e a partir de argumentos higienistas, com capacidade para receber um número maior de sepultamentos uma vez que a população das cidades aumentara consideravelmente e, em consequência, os sepultamentos também.

Os cemitérios no Rio Grande do Sul

Após a independência, com a proibição de sepultamentos em igrejas, surgiram os cemitérios, com túmulos cada vez mais grandiosos. Durante o Segundo Reinado, a aristocracia brasileira começou a construir túmulos adornados com estatuário. No entanto, no Rio Grande do Sul, a antiga classe senhorial com padrões aristocráticos de vida não sentiu, ao contrário da burguesia nascente, a necessidade de reafirmar seu status com túmulos monumentais ou artísticos. Barões

e condes do Segundo Reinado (1840-1889), enterrados no Cemitério da Santa Casa, têm túmulos bastante simples, cobertos por uma lápide com inscrição registrando os nomes (BELLOMO, 2000).

Nas primeiras décadas do século XX houve uma aceleração do processo de expansão comercial, industrial e financeira do Rio Grande do Sul, principalmente na capital gaúcha – Porto Alegre. Pesavento (1988) acredita que vários fatores colaboraram com isso, sendo um dos mais significativos a ampliação do intercâmbio comercial entre a zona colonial e Porto Alegre, o centro mercantil do Estado. Em 1910, as ferrovias do Rio Grande do Sul ligaram-se ao sistema nacional, fundindo os mercados entre si e com o mercado brasileiro. Esse movimento passa a gerar grandes capitais: nasce uma nova burguesia.

Com a dominância absoluta das famílias de origem imigrante, em processo de enriquecimento através das atividades econômicas, no Rio Grande do Sul, observa-se, mais uma vez, que a demonstração de status passa a ter formas de expressão: a construção de monumentos funerários passa a ser um dos símbolos mais ambicionados. Dessa maneira, a burguesia nascente, ou em expansão, precisava reafirmar sua nova condição de elite dirigente, marcando sua passagem através de monumentos que perpetuavam seus nomes. O contrário se deu com a aristocracia local que possuía uma consciência tão profunda da sua importância e do seu papel na sociedade riograndense que não precisou reforçar seu status através de túmulos imponentes. Colocar o título ou brasão lhes parecia suficiente (BELLOMO, 2000).

Para Aldrovandi (2006, p.65) “a relação entre poder e status nos rituais funerários e a consciência de cultura material proveniente de funerais nem sempre revela o reflexo direto do status social do indivíduo”.

Encontra-se no, Rio Grande do Sul, uma presença significativa de túmulos-monumentos de tipologia cívico-celebrativa que se destacam, não apenas pelo caráter monumental e pela rica ornamentação artística que os caracterizam, como verdadeiras obras de arte, mas especialmente, por que pertencem a pessoas de proeminência política riograndense e, principalmente, por que são obras oriundas do governo do Estado (BELLOMO, 2000).

No túmulo de Júlio de Castilhos, líder republicano do Rio Grande do Sul, encontra-se escrito o lema positivista “Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos” (BELLOMO, 2000, p.168). Através da arte, o governo do Estado conseguiu expressar seus ideais positivistas, destacando os feitos, imortalizando os heróis. Sendo assim, “a arte foi utilizada como instrumento do poder para uma publicidade ideológica patrocinada pelos cofres estaduais” (BELLOMO, 2000, p.180). Nesse contexto, “a monumentalidade funerária está associada a momentos de instabilidade política em que a ostentação funerária das elites contribuía para sua própria legitimação política” (ALDROVANDI, 2006, p.65). Sendo assim, os cemitérios adquiriram novos contornos e influenciaram as manifestações culturais e artísticas nas décadas seguintes.

Sociedade dos vivos x sociedade dos mortos: a visão da morte na sociedade erechinense

Segundo site oficial da Prefeitura Municipal de Erechim, o município possui trinta e três cemitérios, destes, trinta estão sob a responsabilidade do Município e três da iniciativa privada.

No perímetro urbano encontram-se o Cemitério Pio XII, que iniciou suas atividades em 1918, o Cemitério Santa Cruz, no Bairro Três Vendas, que iniciou suas atividades em 1965 e o Cemitério São Luís, que iniciou

suas atividades nos idos de 1984/85 e é destinado ao sepultamento de pessoas carentes ou indigentes. Além destes, há o Cemitério Israelita, fundado em torno de 1946/48; o Cemitério Jardim da Saudade, fundado em 1968, e o Cemitério Parque dos Ervais que é de propriedade privada.

Existe, também, o Ossuário no subsolo da Catedral São José, para onde são transladados os restos mortais de pessoas, após cinco anos de sepultamento em Gavetas Mortuárias no Cemitério Pio XII, as quais foram cedidas em comodato de uso à Paróquia São José (ERECHIM, 1971). De acordo com registros da Prefeitura Municipal, o cemitério mais antigo é o Cemitério Pio XII, de 1918. Antes disso, outro local foi usado como cemitério,

Eu cheguei aqui em 1911, quase no fim do ano. Naquela época tudo estava coberto de mato. [...] Havia muitas brigas no povoado, principalmente, entre os empregados da estrada de ferro. Bebiam em excesso e quase sempre acabavam brigando e com assassinatos frequentes. O cemitério, na época, estava localizado onde está hoje, a S. Zanardo & Filhos, na Av. Germano Hoffmann, 59. Os mortos eram velados embaixo de um barracão, no chão, em cima de duas tábuas. Não havia caixão. No dia seguinte, na hora do enterro, uma pessoa pegava numa das pontas da tábua. Caminhando se dirigiam até a cova. Lá chegados, jogavam o defunto para dentro e como caía assim ficava. [...] Muitos empregados da ferrovia foram enterrados neste cemitério. Na média, cada dez dias havia um enterro causado por assassinato (CARRARO apud CHIAPARINI; BUSANELLO, 1997, p.23-24).

No ano de 2004, a Prefeitura Municipal de Erechim promoveu um recadastramento dos cemitérios municipais com o intuito de fazer levantamentos para precisar o número de sepulturas, número de terrenos vagos, bem

como as sepulturas que se encontravam em estado irregular ou em estado de abandono. Após o cadastramento, em junho de 2004, foi constatado que havia, no cemitério Pio XII: 32.567 pessoas sepultadas; 6 setores; 16 quadras; 107 filas, 1.596 gavetas mortuárias. Nas filas de túmulos e gavetas mortuárias, estavam sepultadas 7.937 pessoas. Existiam 816 túmulos e gavetas que estavam ocupados, porém, sem nome. Constatou-se a existência de 571 túmulos abandonados em ruínas e 109 terrenos disponíveis (BARBOZA, 2005).

O cemitério Pio XII é um espaço planejado, com infraestrutura (água, luz), com serviços de limpeza e vigilância. Seu planejamento se assemelha ao de uma cidade, onde ruas e avenidas estão identificadas. Sendo assim, quem chegar ao local poderá localizar a sepultura de quem procura por meio do endereço encontrado nos registros. Desta forma, é possível dizer que o cemitério é a cidade dos mortos convivendo geograficamente com a cidade dos vivos. Seus muros delimitam os dois espaços.

Como em toda a cidade, o cemitério também reproduz uma estratificação social, na parte central e nos espaços privilegiados estão localizados os endereços das construções das pessoas de maior poder aquisitivo, os “outros” se encontram nas áreas menos nobres e nos fundos.

Esta constatação vem ao encontro do que diz Bellomo (2000, p.15):

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. Existe a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus; a área da classe média, em geral com catacumbas na parede, e a parte dos pobres e marginais. A morte igualitária só existe no discurso, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias.

Os grupos menos favorecidos possuem sepulturas que refletem sua posição social, sepulturas que com o tempo foram condenadas ao abandono por falta de condições financeiras para mantê-las. Esses túmulos, quando não são restaurados ou se não regularizada sua situação, têm cassada a cessão de uso, sendo o espaço cedido a outro.

Através do túmulo identifica-se a que classe social o indivíduo pertence. Isso se observa, também, no sepultamento nas gavetas mortuárias, quem tem um poder aquisitivo maior, paga pelo uso por um período de cinco anos, nas gavetas mortuárias cedidas por comodato à Paróquia São José, situadas na parte frontal do cemitério. Os “outros”, do grupo dos menos favorecidos, pagam pela cessão de gavetas mortuárias de uso perpétuo ou não, as quais se localizam nos fundos do cemitério Pio XII.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que os cemitérios das nossas cidades refletem a estratificação social. Se na Idade Média, a morte era o início da vida eterna, mundo de hoje passa a ser mais um artigo a ser comercializado. “A sociedade mercantil transformou o morto em um não consumidor, enquanto surge todo um sistema mais ou menos ritualizado de criar formas de consumo” (BELLOMO, 2000, p.51).

Se por um lado a morte cria uma multidão de trabalhadores de cemitérios, indústrias de caixões, artistas, motoristas, floriculturas, por outro, obriga os vivos a atitudes específicas, tais como luto, gastos com terreno, sepulturas, inventário de bens, missas, etc. A morte torna-se um evento consumista que se estabeleceu a partir dos padrões sociais, da religião, das influências externas e dos modismos.

Nesta época de consumismo desenfreado até a morte sofre um processo de mercantilização e propagação em série. As belas estátuas, túmulos e mausoléus de outrora foram

substituídos por túmulos-padrão, sendo raro encontrar obras de arte nos túmulos mais recentes. Além disso, as gavetas mortuárias foram construídas como alternativa à falta de espaço e à redução de custos. “Até mesmo consórcios de caixões ou espaços nos cemitérios podem ser encontrados” (BARBOZA, 2005, p. 48).

Se dentro dos muros do Cemitério Pio XII foi possível constatar o reflexo da estratificação social da sociedade erechinense, fora dele existem situações também antagônicas. Se nesse espaço há o lugar do rico e do pobre, fora dele foi possível encontrar o lugar do muito rico e do muito pobre. As pessoas de maior poder aquisitivo optam por sepultamento de seus entes nas gavetas da parte frontal do cemitério, cedidas em comodato pela Prefeitura Municipal à Paróquia São José, por um período de cinco anos. Após esse período, depois do pagamento de determinado valor, os ossos são removidos para o ossuário da Catedral São José e são depositados nos nichos existentes no local. Esse é o espaço do muito rico, das figuras ilustres da cidade, dos padres e das freiras.

Por outro lado, o Município também possui um cemitério para sepultamento de pessoas carentes ou indigentes. Através de Licitação Pública foi contratada uma Empresa Funerária para providenciar o sepultamento das pessoas destas classes sociais. A prefeitura paga os serviços funerários e transporte de pessoas até o local de sepultamento. Para isso, a Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social fornece atestado dando condição à família do falecido de receber esta gratuidade (PICCOLI, 2004).

Segundo Chiavenato (1998, p.51):

É sintomático que os cemitérios, enquanto se transformavam “em morada dos mortos”, reproduzissem a geografia urbana e a arquitetura dos vivos. A mudança foi significativa e gradual: os pobres continuam a

ser enterrados em valas comuns, envoltos em panos, anonimamente, enquanto ricos começaram a construir seus túmulos. Como se fossem casas, os túmulos situavam-se em ruas e mesmo bairros: os ricos eram enterrados nos lugares mais nobres, os pobres permaneciam na periferia e os absolutamente miseráveis, na vala comum.

Apesar de a morte ser uma experiência pessoal, a classe, família, cultura e religião de cada indivíduo irão determinar a forma e a condução dos sentimentos referentes a ela. “No discurso religioso, a igualdade dos homens perante a morte sempre é destacada, mas, na realidade social, esta igualdade não existe” (BELLOMO, 2000, p.50).

Assim, Pierre Chaunu (apud BELLOMO, 2000, p.52) declara que “toda sociedade, se mede ou avalia de uma maneira variável segundo o seu sistema de morte”.

No mundo de hoje a morte é mascarada. Evita-se falar nela; os velórios são feitos fora das residências. A morte se dá de forma impessoal, em um hospital. A família não usa luto. Os velórios são rápidos e discretos. Os túmulos perdem sua importância e decoração artística. Abrevia-se o rito de passagem, não se dá mais, como antes, a importância ao passamento, ou mesmo à memória do morto.

Conclusão

A morte pode ser vista como um mistério incompreensível ou como um absurdo inaceitável. O medo da morte é um sentimento inerente ao processo de desenvolvimento humano. Falar da morte é falar de nossa própria realidade como ser vivo. É a característica mais humana e cultural de nossa espécie. Mas quando se pensa em morte, é a morte individual que está em questão e é sobre ela que repousam nossas angústias, desejos e esforços para retirar o seu aspecto de ruptura

e a possibilidade de uma inexistência física e espiritual. Esse sentimento em relação à morte fez com que o homem desenvolvesse rituais cada vez mais sofisticados. Os mitos, a magia e as religiões apresentam as respostas para resolver a crise criada pela morte.

O objetivo deste trabalho foi analisar os significados, bem como a importância dos cemitérios como local de memória e de multiplicação da rede de relações sociais dos diferentes grupos sociais das sociedades passadas e presentes. Desta forma, por meio da Arqueologia da Morte, tornou-se possível estudar as principais representações do significado da morte e do morrer, os sentimentos e comportamentos humanos observados por meio dos rituais, aspectos simbólicos e ideológicos associados aos vestígios funerários, os quais podem demonstrar ou proporcionar coesão social, suscitar, manter e renovar o sentimento de participação no grupo, uma vez que a sociedade só é possível através da ritualização e dos símbolos.

Através dos cemitérios é possível estudar as crenças religiosas, os símbolos, a rede de relações sociais, as indicações de evolução econômica, questões ideológicas ligadas ao patrimônio cultural, de onde se projetam as representações do lugar, bem como da comunidade que o cerca. Desta forma, por meio da memória, temos a sensação de pertença e existência, o que torna os lugares de memória importante para os indivíduos, bem como para as sociedades as quais pertencem.

Se a prática social que aplicamos para a morte é determinada pela nossa concepção de vida, em uma sociedade regida pela con-

corrência econômico-social, que se alimenta da competição desmedida para o sucesso social, serão desprezados os perdedores. Os que não conquistaram seu espaço social em vida, não o conquistarão na morte. Aos ricos, a suntuosidade mesmo depois da morte; aos pobres, a vala comum, típica dos perdedores.

Essa concepção não é diferente na estrutura de morte na sociedade erechimense, pois dentro do Cemitério Pio XII percebemos claramente a estratificação social característica das sociedades contemporâneas. Os ricos e poderosos possuem sua “morada” nos espaços centrais, nas avenidas principais; os pobres, nas alas mais distantes, nos fundos do cemitério. Porém, percebeu-se que mesmo dentro desta estratificação social no cemitério, outros dois grupos não fazem parte deste conjunto: os muito ricos e os miseráveis. O primeiro grupo tem como destino o ossuário da Catedral São José, que ratifica a ideia medieval de morte, a proximidade com o sagrado. Para o segundo grupo, os miseráveis, o destino são as sepulturas do Cemitério São Luís, com sepultamentos na terra. Sepulturas feitas com retroescavadeira para receber ali o produto relegado da sociedade que, neste cemitério, será apenas um número em uma cruz e em algumas cruces, nem número.

Percebeu-se, que ao estudar as representações da morte nos cemitérios estamos tentando compreender a nós mesmos enquanto seres humanos, nossos sentimentos, comportamentos, bem como a forma como encaramos a morte, uma vez que esta assume a máscara que a sociedade lhe dá, de acordo com seus valores e suas concepções.

AUTOR

Vania Maria Barboza – Pós-Graduada em Processos Interdisciplinares em Arqueologia e Graduada em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI -Erechim. E-mail: vania@uri.com.br

REFERÊNCIAS

- ALDROVANDI, C. E. V. **As exéquias de Buda Sākyamuni: morte, lamento e transcendência na iconografia indiano-budista de Ghandhāra**. Tese (Doutorado). Museu de arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Vol.1. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- _____. **O homem diante da morte**. Vol.2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- _____. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BARBOZA, V. M. **Faces da Morte**. Trabalho de Conclusão do Curso de História. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim, 2005.
- _____. **Ritos funerários: a morte não é igual para todos**. Monografia. Pós-Graduação em Processos Interdisciplinares em Arqueologia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim, 2008.
- BELLOMO, H. R. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2000, p. 56.
- CHIAPARINI, E. J.; BUSANELLO, L. A. Pesquisa. **Arquivo Histórico Municipal**. Erechim, 1997 e 1998, polígrafo 02, p.23 e 24.
- CHIAVENATO, J. J. **A morte: uma abordagem sócio-cultural**. São Paulo: Moderna, 1998.
- DUBY, G. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos**. São Paulo: UNESP, 1992.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- ERECHEM. Prefeitura Municipal de Erechim. Lei nº 1.200, de 13 de dezembro de 1971.
- FÉLIX, L. O. Política, memória e esquecimento. In: Tedesco, João Carlos. **Usos de memórias: política, educação e identidade**. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.
- MALINOWSKY, B. Uma teoria científica da cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- MARANHÃO, J. L. de S. **O que é a morte**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MARTINI, A. **Cemitérios, túmulos e obras de arte**. Disponível em: <www.canalrioclaro.com.br/colunas/?coluna=506>. Acesso em: 25 jun. 2007.
- NOGUEIRA, R. de S. Elos da memória: passado e presente, cemitério e sociedade. **Vivência: Revista de Antropologia**, n.39, p.83-89, 2012.
- PESAVENTO, S. J. **A burguesia gaúcha: dominação e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- PICCOLI, D. **Recadastramento dos cemitérios municipais**. Disponível em: <www.daubi.jor.br/administracao-municipal-recadramento-cemiterios-09-6-2004.htm>. Acesso em: 24 set. 2013.
- SILVA, S. F. S. M. da. **Arqueologia das práticas mortuárias em sítios pré-históricos do litoral do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado). USP, 2005.
- VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

